



Demografia & Dinâmicas

Dinâmicas

RESULTADOS PRELIMINARES DOS CENSOS DE 2001 – Uma análise*

Em Março de 2001 decorreu o XIV Recenseamento Geral da População e o IV Recenseamento Geral da Habitação. O momento censitário ou o dia e a hora aos quais se referem os dados recolhidos, no âmbito destes recenseamentos, corresponde às 0 horas do dia 12 de Março de 2001. No dia 22 de Junho de 2001, o INE disponibilizou os resultados preliminares.

Alguns Resultados Preliminares

Avançou-se, então, que, neste início do século XXI, somos 10.318.084 residentes, 10.230.603 presentes e 3.734.056 famílias; temos 5.036.149 alojamentos e 3.179.534 edifícios.

Estes resultados apontam, tendo em conta os resultados dos recenseamentos de 1991, para um crescimento da população, tanto residente (4,6%) como presente (3,7%); para um aumento do número de famílias (18,5%), do número de alojamentos (20,1%) e de edifícios (11,1%).

NUTS II e NUTS III

Ao nível regional (NUTSII), destacam-se as regiões do Norte e do Algarve como sendo aquelas onde o crescimento da população residente foi mais elevado (6% e 14,8%, respectivamente), enquanto que a Madeira e o Alentejo se destacam por serem as únicas regiões que registam um crescimento negativo (-4,3% e -2,7%, respectivamente).

Todavia, e tendo em conta os resultados¹ da taxa da balança migratória e da taxa bruta de crescimento natural, verifica-se que o crescimento populacional, quer nas regiões onde apresenta os valores mais positivos quer nas regiões onde apresenta os valores mais negativos, envolve características diferentes ligadas à forma diferenciada como cada uma das regiões em causa é sujeita, sobretudo, ao efeito migratório.

Assim, se o crescimento populacional registado na região do Norte parece surgir algo tributário do crescimento natural, o registado na região do Algarve parece articular-se mais com o crescimento migratório. Por outro lado, no caso do Alentejo, em que se deu um crescimento da população negativo, este ocorre a par de um crescimento natural negativo que parece não ser

Quadro n.º 1 - População residente, famílias, alojamentos e edifícios em Portugal e NUTSII, 2001 e Variação 1991-2001

Região	Ano 2001				Variação 1991-2001 (%)			
	Pop. Resid.	Famílias	Alojamentos	Edifícios	Pop. Resid.	Famílias	Alojamentos	Edifícios
Portugal	10318084	3734056	5036149	3179534	4.57	18.55	20.08	11.11
Norte	3680379	1231612	1611468	1104568	5.98	21.99	25.14	12.92
Centro	1779672	671957	948403	760964	3.37	17.64	15.94	8.73
Lisboa e Vale do Tejo	3447173	1318241	1705660	731287	4.75	17.14	18.56	11.31
Alentejo	534365	209480	305998	257381	-2.73	6.84	12.46	8.07
Algarve	391819	154182	277345	161586	14.77	30.57	30.20	15.67
R.A. Açores	242073	74325	93375	88088	1.80	16.81	10.47	8.75
R.A. Madeira	242603	74259	93900	75660	-4.27	12.78	17.44	11.51

Fonte: INE, Resultados preliminares, Junho 2001

* Uma versão mais completa deste artigo será disponibilizada no site da APD

¹ Calculados a partir de dados referentes ao movimento natural no período intercensitário (INE, Estatísticas Demográficas, 1991 a 2000) e à população nos dois momentos censitários (INE, Censos 1991 e 2001)

Quadro n.º 2 - Taxa da Balança Migratória e Taxa Bruta de Crescimento Natural (1991-2001) - Portugal e NUTSII

Região	Período 1991 - 2001	
	T.Bal.Mig.(%)	T.B.Cr.Nat.(%)
Portugal	0.903	0.021
Norte	0.589	0.086
Centro	1.261	-0.043
Lisboa e Vale do Tejo	1.041	0.012
Alentejo	0.648	-0.134
Algarve	3.862	-0.042
R.A. Açores	-0.469	0.092
R.A. Madeira	-1.739	0.065

compensado pelos valores positivos que o crescimento migratório aí assume. Enquanto que, no caso da Madeira, apesar de o crescimento natural apresentar um valor positivo, este, não consegue compensar o valor negativo que nesta região o crescimento migratório apresenta.

Por conseguinte, o Norte e a Madeira surgem como duas regiões com crescimento natural positivo. Contudo, estas regiões parecem ser afectadas de forma diferente pelo efeito migratório que, no caso do Norte, reforça essa tendência positiva e, no caso da Madeira, contraria essa tendência de forma negativa.

Em relação ao Alentejo e ao Algarve, pode verificar-se que são duas regiões que revelam um crescimento natural negativo mas o efeito migratório só parece fazer-se sentir no caso do Algarve, onde os valores, francamente positivos, conseguem contrariar essa tendência negativa.

Nesta continuidade, poderão ser entendidas as variações da população residente registadas ao nível das NUTSIII², onde se verifica que os maiores crescimentos populacionais se registaram ao longo da faixa litoral, onde se situam as sub-regiões que funcionam como os pólos mais fortes de atracção populacional. Neste sentido se deve entender a concentração dos crescimentos populacionais negativos nas sub-regiões mais interiores, com especial incidência para: Pinhal Interior Sul (-11,7%); Serra da Estrela (-7,7%); Douro (-7,2%); Alto Alentejo (-6%); Baixo Alentejo (-5,7%) e Alto Trás-os-Montes (-5,2%).

A tendência para a litoralização confirma-se também ao nível das variações da população registadas nos concelhos³. Com efeito, verifica-se

que os valores positivos mais altos ocorreram em concelhos junto à costa: Albufeira com 47,6% e S. Brás de Alportel com 33,2% (Algarve); Sintra com 39,3% e Sesimbra com 35,2% (Lisboa e Vale do Tejo); Maia com 28,5% (Norte). Enquanto que os valores negativos mais altos surgem associados a concelhos do interior: S. Vicente com -20,8% (Madeira); Boticas com -19,2% (Norte); Penamacor com -18,4% (Centro); Vila Velha de Ródão com -17,9% (Centro) e Gavião com -17,5% (Alentejo).

Concelhos

Centrando-nos nos casos particulares dos concelhos de Lisboa e Porto, verificamos que estes mantiveram a tendência para a perda de população a favor dos seus concelhos limítrofes.⁴ Contudo, se no caso do Porto, todos os seus concelhos vizinhos registaram um crescimento populacional, com excepção de Espinho, no caso dos concelhos próximos de Lisboa o sentido do crescimento foi mais diferenciado.

Através da análise dos valores das variações do crescimento populacional nos períodos intercensitários, de 1981 a 2001, detecta-se, para 2001, em alguns concelhos pertencentes ao distrito e à área metropolitana de Lisboa, quebras de tendências verificadas entre 1981 e 1991. Assim, concelhos como Alcochete, Alenquer, Azambuja, Cadaval, Mafra, Montijo, Sobral de Monte Agraço onde tinha ocorrido um crescimento negativo de 1981 para 1991, apresentam para 2001 um crescimento populacional francamente positivo. Saliente-se que estes concelhos se localizam numa área menos próxima de Lisboa. Por outro lado, o concelho da Amadora que tinha registado um crescimento positivo, de 1981 para 1991, apresenta, para 2001, um crescimento negativo. É de referir que este concelho é um dos mais próximos de Lisboa, tal como o Barreiro que também demonstrou, para 2001, um crescimento populacional negativo mas, neste caso, confirmando o já observado entre 1981 e 1991.

Outros concelhos houve que também apresentaram uma quebra da tendência verificada, em termos de crescimento populacional, entre 1981 e 1991, sem, no entanto, registarem valores negativos na variação de 1991 para 2001. É o caso do concelho da Moita e do concelho de Loures que continuam a crescer mas cujos valores para 2001 traduzem um acentuado abrandamento no ritmo de crescimento anteriormente observado.

² Cf. Caderno dos resultados preliminares, INE

³ Cf. Caderno dos resultados preliminares, INE

⁴ Ver quadros anexos ao artigo disponível no site

Finalmente, houve concelhos que mantiveram a tendência verificada em termos de crescimento populacional, entre 1981 e 1991. De facto, entre 1991 e 2001, Lisboa continuou a registar um crescimento negativo, enquanto que Almada, Cascais, Oeiras e Sintra mantêm um crescimento positivo.

De um modo geral, os comportamentos populacionais verificados entre 1991 e 2001, nos concelhos da área metropolitana de Lisboa, apontam para um crescimento populacional mais acentuado em concelhos menos próximos de Lisboa ou tradicionalmente menos atractivos e para um crescimento continuado nos concelhos situados junto à costa.

Famílias

Como já foi referido, o número de famílias registou um crescimento, no entanto o número médio de pessoas por família, parece confirmar a tendência para a redução, verificada no recenseamento de 1991, em todas as regiões e sub-regiões⁵.

Neste sentido, é de referir que as regiões da Madeira, dos Açores e do Norte são as únicas

que registam valores, em termos do número médio de pessoas por família, iguais ou superiores a três (3,8; 3,3 e 3, respectivamente). Valores que confirmam a tendência para famílias com maior número de membros apresentada por estas regiões em 1991.

Uma tendência que deverá ser entendida tendo em conta os valores registados pela taxa bruta de crescimento natural. Saliente-se que as regiões aqui em causa foram as que apresentaram os valores mais elevados para a taxa bruta de crescimento natural referente a todo o período intercensitário.

Em síntese, os resultados preliminares do XIV Recenseamento Geral da População apontam para um efeito mais acentuado das migrações no crescimento populacional. O que vai de par com a continuada desertificação do interior e a simultânea litoralização. E, se é verdade que as famílias registam uma tendência para a atomização, pode, contudo, verificar-se que o crescimento natural continua, de algum modo, a justificar os valores mais elevados em termos do número médio de pessoas por família, ao nível das regiões.

M. Isabel Baptista e Sónia Cardoso

⁵ Ver quadros anexos ao artigo disponível no site

Conferências

Da Associação Portuguesa de Demografia

OS Censos 2001 – Metodologias, Primeiros Resultados

Programa

Dia 23 de Maio de 2002
ISCTE – Auditório 6

15.00 horas – Primeira Sessão

OS RECENSEAMENTOS COMO INSTRUMENTOS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Moderador :João Peixoto (ISEG)

((Apresentação e questões relativas ao processo dos Censos 2001

Paula Paulino (INE)

((O futuro dos recenseamentos

Fernando Casimiro (INE)

16.30 horas – Segunda Sessão

PROBLEMAS DA DEMOGRAFIA PORTUGUESA

Moderador: Jorge Malheiros (FL-UL)

((Povoamento e Distribuição Espacial

João Ferrão (ICS)

((Envelhecimento e Interioridade

Ana Fernandes (FCSH-UNL)

((Demografia e Família

Mário Leston Bandeira (ISCTE)

EDITORIAL

Inventado no séc. XVIII, consagrado desde o séc. XIX como um instrumento indispensável do ponto de vista científico, administrativo, político e económico, o recenseamento exaustivo é actualmente confrontado com a necessidade de soluções novas, mais adaptadas às exigências da chamada sociedade da informação. Tais soluções não podem, no entanto, pôr em causa as reconhecidas vantagens que ao longo dos dois últimos séculos foram comprovadas pela prática periódica do recenseamento.

A sua cobertura estatística é universal e vai do nível territorial mais vasto até à mais modesta aglomeração. Permite que sejam actualizados os nossos conhecimentos acerca dos diferentes grupos e sub-populações da população. Nos países onde não existe o sistema de ficheiros de população, é também o recenseamento que dá acesso ao conhecimento das migrações internas. Por outro lado, é a partir dos recenseamentos que se constituem as bases de sondagem, indispensáveis à realização de inquéritos que pretendam ser representativos.

Mas a prática do recenseamento exaustivo tradicional é cada vez mais posta em causa em alguns países europeus. Demasiado lentos, demasiado caros, demasiado "indiscretos", mal adaptados às exigências da observação científica, os recenseamentos clássicos têm vindo a ser substituídos por outros métodos de colecta, tais como: recenseamentos com dois questionários, um dos quais mais longo e detalhado é respondido apenas por 10 a 25% da população, recenseamentos aligeirados ligados a registos administrativos ou recenseamentos baseados exclusivamente em registos administrativos.

Todas estas e outras opções deveriam também ser consideradas e discutidas em Portugal. Estando o próximo recenseamento marcado para 2011, penso que há urgência na discussão de um assunto que, interessando a todos e a todo o país, deveria merecer particular atenção da parte da comunidade científica.

Mário Leston Bandeira

Colóquios, Seminários e Congressos

O I Encuentro de Demografía Histórica de la Europa Meridional decorrerá em Menorca, durante o mês de Abril de 2003. <http://www.webime.org/>

O seminário Internacional *The determinants of Infant and Child Mortality in Europe during the last Two Hundred Years* terá lugar em Alghero – Itália.

Publicações Recentes

O livro A POPULAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XIX, escrito por Teresa Rodrigues, sairá em Junho deste ano, na Coleção Economia e Sociedade da Editora Cosmos.

De Maria Ioannis Baganha e José Carlos Marques saiu o livro IMIGRAÇÃO E POLITICA. O CASO PORTUGUÊS, Lisboa, Fundação Luso-Americana.

Notícias da Associação

O site da APD encontra-se disponível em www.apdemografia.pt e nele é possível encontrar os contactos da associação, aceder à inscrição como membro, conhecer as actividades desenvolvidas, ler os boletins da associação e ainda aceder a um conjunto de links de interesse para a demografia.

Na sequência da colaboração entre a APD e o INE, a revista Estudos Demográficos do INE solicitou a colaboração da APD e dos seus membros para a elaboração de artigos, os quais deverão ser entregues até Setembro deste ano para serem considerados no próximo número da revista. (contactar: geral@apdemografia.pt).

Conferências da APD

A segunda Conferência da APD sobre "Imigração em Portugal", decorrerá no início do próximo ano lectivo e será organizada pelo Prof. João Peixoto.